Práxis Educativa
ISSN 1809-4031
eISSN 1809-4309
https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.22.27008.002

Seção: Artigos

Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas (1955-1976): uma instituição itinerante*

Dona Julia Carneiro Rosas Night School (1955-1976): an itinerant institution

Grupo Escolar Nocturno Doña Julia Carneiro Rosas (1955-1976): una institución itinerante

Silmara Fernandes de Oliveira**
https://orcid.org/0000-0001-7042-7243

Resumo: O artigo analisa a trajetória da constituição do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas (1955-1976), uma instituição de ensino primário noturno para adultos, que funcionou de forma itinerante. Trata-se de uma pesquisa documental e bibliográfica, baseada na triangulação de fontes documentais (histórico, cartas e ofícios) com aportes teóricos de fontes bibliográficas. Observa-se que, apesar de algumas contradições causadas pela precariedade das condições estruturais de ensino, pelo abandono por parte do poder público e pela falta de professores(as), a escola, dentro de suas possibilidades, fez esforços para atender seus(as) alunos(as), disponibilizando condições mínimas para evitar sua exclusão. Dessas considerações emergem marcadores centrais do ensino noturno para adultos, tais como a predominância de matrículas masculinas, a feminização do magistério, a perpetuação institucional mediada pelas relações de parentesco e os baixos índices de frequência em todos os níveis.
Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Grupo Escolar Noturno para Operários. Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas.

Abstract: This article analyzes the historical trajectory and establishment of the *Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas* (1955-1976), an evening primary education institution for adults that operated on an itinerant basis. This is a documentary and bibliographical research, based on the triangulation of documentary sources (historical records, letters, and official documents) and the theoretical contributions of bibliographic sources. The study finds that, despite some contradictions arising from inadequate conditions for teaching, neglect by public authorities, and teacher shortages, the school made efforts within its means to support its students, providing the basic conditions needed to prevent their exclusion from schooling. The analysis identifies key features of night education for adults, including predominantly male enrollment, the feminization of the teaching profession, institutional continuity sustained through kinship ties, and low attendance rates at all levels.
Keywords: Youth and adult education. Night School for Workers. Dona Julia Carneiro Rosas Night School.

* Agradecimentos: a Dioneia da Silva Vieira, Guaraciaba Vieira e Stáel Regina da Silva Vanat, pela generosidade em compartilhar informações sobre a professora Julia Carneiro Rosas, e ao Prof. Dr. Jefferson Mainardes, pelo apoio à pesquisa.

** Licenciada em Pedagogia e mestre em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Educação pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: <iskafernandes@gmail.com>.

Resumen: El artículo analiza la trayectoria de conformación del Grupo Escolar Nocturno Dona Julia Carneiro Rosas (1955-1976), una institución de educación primaria nocturna para adultos, que funcionó de forma itinerante. Se trata de una investigación documental y bibliográfica que triangula fuentes documentales (una reseña histórica institucional, cartas y oficios) con aportes teóricos de la bibliografía. El análisis muestra que, pese a las tensiones derivadas de la precariedad de las condiciones de enseñanza, del abandono por parte de las autoridades públicas y de la falta de docentes, la escuela se esforzó, dentro de sus posibilidades, por atender a su alumnado y ofrecerle las condiciones mínimas para evitar su exclusión escolar. De estas consideraciones se desprenden rasgos centrales de la enseñanza nocturna para personas adultas, como el predominio de la matrícula masculina, la feminización del magisterio, la continuidad institucional mediada por los vínculos de parentesco y las bajas tasas de asistencia en todos los niveles.
Palabras clave: Educación de jóvenes y adultos. Grupo Escolar Nocturno para Obreros. Grupo Escolar Nocturno Dona Julia Carneiro Rosas.

Introdução

Neste texto, buscamos analisar a trajetória da implementação do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas no período de 1955 a 1976, com base em fontes documentais (históricos, cartas e ofícios). Trata-se de uma pesquisa de caráter documental e bibliográfico. No percurso metodológico, articulamos a análise das fontes documentais com produções sobre a temática, buscando compreender o funcionamento itinerante da instituição na sua forma de educação e suas práticas sociais subjacentes.

Desde os primeiros passos da constituição da nova forma escolar (grupo escolar), no século XIX, a escola se abria a pessoas de várias idades. Contudo, o papel central atribuído à educação na manutenção da ordem estabelecida não decorreu de cenários políticos estáveis, mas sim de ações articuladas por grupos hegemônicos que buscavam disputar o controle político (Paiva, 2003).

Nessa perspectiva, o delineamento do ensino, do tempo e dos saberes escolares foi produzindo uma série de operações articuladas que deram forma à prática itinerante da escola, paulatinamente regulamentada. Para pensar essa prática, recorremos à imagem de Certeau (1994, p. 225), que aponta para o ato de escrever como uma caminhada que "[...] compõe o artefato de um outro 'mundo', agora não recebido, mas fabricado". A escola, incumbida de propagar saberes, tornou-se elemento básico para educar, alfabetizar e formar a população, servindo como alicerce da vida civilizada e fator de progresso social.

Diante desse panorama, visamos contribuir para a compreensão da trajetória da instrução ofertada pelo Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas. Ao expor tais caminhos, pretendemos lançar luz sobre as permanências e os desafios enfrentados pela instituição escolar no debate atual sobre o direito à educação pública e gratuita de excelência para os(as) alunos(as) que não tiveram acesso à escolarização na idade regular. A temática de escolas noturnas constitui-se, ainda, uma lacuna na História da Educação brasileira. Estudos recentes demonstram que as primeiras iniciativas de educação de jovens e adultos surgiram na segunda metade do século XIX, em articulação com a educação de trabalhadores e com projetos de instrução popular, e se expandiram nas primeiras décadas do século XX (Nogueira; Faria Filho, 2016).

O percurso institucional entre escolas

A educação é uma prática social que tem características de prática política com face pedagógica (Haddad; Di Pierro, 2000). Sua apropriação está ligada à conscientização e à transformação social. De acordo com Oliveira (2001), a educação paranaense foi se desenvolvendo

paulatinamente. Em 1857, o ensino primário ocorria nas escolas públicas e privadas. Em 1873, a Lei nº 361 autorizou o uso da palmatória nas escolas primárias. Em 1885, foi instituído um novo programa de ensino em moldes científicos e adaptável às condições da província. Em 1890, foi criado o ensino simultâneo ou misto, com uso do método intuitivo. Em 1903, o ensino público passou a ter dois graus de instrução e, em 1907, foi dividido em infantil, primário, normal e secundário. Em 1914, instituiu-se a seriação do ensino e iniciou-se a reforma preconizada por Francisco Ribeiro de Azevedo Macedo. A Lei Azevedo Macedo e o Código de Ensino integraram esse processo de reforma da educação paranaense.

Nesse cenário, a educação foi se reconfigurando gradativamente, impulsionada pelas transformações e demandas emergentes do seu contexto. Entre esses caminhos, compreendemos que a educação de adultos é parte constituinte da Educação Popular (Paiva, 2003). Tal relação justifica-se historicamente pela difusão do ensino primário para as classes populares, sobretudo por meio da criação de cursos noturnos, que constituíam o único espaço formal de escolarização voltado à população adulta no cenário nacional. Mais tarde, ao alcançar autonomia institucional, a educação de adultos passou a contar com cursos de duração menor que a dos oferecidos a alunos(as) em idade escolar própria. De acordo com Paiva (2003), essa modalidade passou a ser denominada alfabetização e educação de base e foi relacionada por alguns autores contemporâneos ao conceito de educação continuada.

Conforme documentado no relatório institucional do Grupo Escolar Senador Correia (1973), a institucionalização da instrução primária para jovens e adultos em Ponta Grossa, Paraná (PR), registrou um marco decisivo em 1927 com a criação do Grupo Escolar Noturno para Operários, modalidade destinada à alfabetização e à qualificação para o trabalho.

Ao ser implementado, em 1927, o Grupo Escolar Noturno para Operários funcionou nas instalações do Ginásio Regente Feijó (Grupo Escolar Senador Correia, 1973, p. 1). Esse grupo noturno tinha entre suas finalidades precípuas educar e instruir "[...] não só operários, mas inclusive auxiliares do lar, menores com idade mínima de 14 anos, todos que em razão as mais variadas que não puderam cursar o 1º grau, pelo menos até a 4ª série" (Grupo Escolar Senador Correia, 1973, p. 3). Aos(Às) alunos(as) eram ensinadas habilidades de leitura, escrita e cálculo. Com o passar do tempo, foram incluídas aulas de datilografia[1]. O Ensino Integrado era ofertado da 1ª à 5ª série, para o público feminino e masculino, das 19 horas às 21 horas e 30 minutos

Em seguida, a instituição transferiu suas atividades para o Grupo Escolar Senador Correia, localizado na Praça Roosevelt, em Ponta Grossa – PR. Em 1964, foi inaugurado o novo prédio do Grupo Escolar Senador Correia. Com a mudança para o novo prédio, as antigas instalações foram cedidas ao Colégio Comercial Estadual de Ponta Grossa. Tal reordenamento compulsório culminou no remanejamento do Grupo Escolar Noturno dos Operários para o Grupo Escolar José Elias da Rocha, situado no bairro de Olarias.

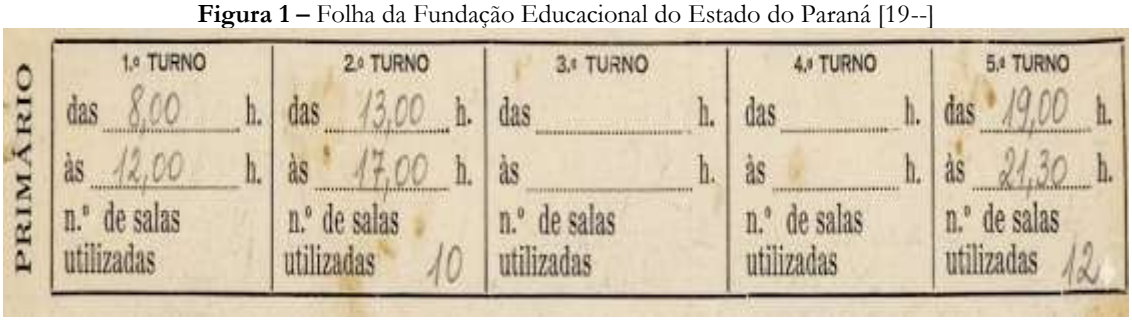
A nova localização do grupo escolar no bairro de Olarias dificultava o acesso dos(as) alunos(as) que afluíam do centro e dos bairros. Por essa razão, o grupo passou a funcionar na Escola Normal Secundária Professor Cesar Prieto Martinez (posteriormente denominado Instituto de Educação), situado na Rua Dr. Colares, 436, esquina com a Rua Augusto Ribas, no centro da cidade.

[1] De acordo com o Histórico do Complexo Escolar Cruzeiro do Sul, de 6 de julho de 1973, o curso de datilografia obteve autorização de funcionamento em 23 de outubro de 1958. Esse curso atendia não somente alunos(as) do grupo escolar noturno, mas também alunos(as) externos(as) que já tivessem concluído os quatro ou cinco anos do primário. Em 19 de maio de 1976, o curso de datilografia foi encerrado.

Em 1955, o referido estabelecimento passou a denominar-se Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas. Caracterizada pela itinerância espacial, a instituição funcionou, em diferentes períodos[2], em sedes de diversas escolas ponta-grossenses: Ginásio Regente Feijó, Grupo Escolar Senador Correia, Grupo Escolar José Elias da Rocha e Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez. Nesse caso, sua itinerância espacial acontecia na rede pública e gratuita, dentro da rede estadual de ensino, com professores concursados e temporários.

A Figura 1 ilustra o horário e a quantidade de salas ocupadas pelo Grupo Noturno Dona Julia Carneiro Rosas quando funcionava no Instituto de Educação Professor Cesar Prieto Martinez, no 5º turno distribuídas entre 1ª e 5ª séries.

Figura 1 – Folha da Fundação Educacional do Estado do Paraná [19--]



PRIMÁRIO	1.º TURNO	2.º TURNO	3.º TURNO	4.º TURNO	5.º TURNO
	das 8,00 h.	das 13,00 h.	das ____ h.	das ____ h.	das 19,00 h.
	às 12,00 h.	às 17,00 h.	às ____ h.	às ____ h.	às 21,30 h.
	n.º de salas utilizadas	n.º de salas utilizadas 10	n.º de salas utilizadas	n.º de salas utilizadas	n.º de salas utilizadas 12

Fonte: Acervo da Escola Estadual Senador Correia.

No início do período republicano, o Estado do Paraná contava com 199 estabelecimentos de ensino primário (180 escolas públicas e 19 particulares), distribuídos em 130 localidades (cidades, vilas, povoados e colônias), situadas, em sua maioria, entre Curitiba e Paranaguá (Oliveira, 2001). Foi na década de 1930 que a educação de jovens adultos foi reconhecida como um direito, por meio da Constituição Federal de 1934, a qual estabelecia, também, o ensino primário gratuito e a obrigatoriedade de frequência (Brasil, 1934).

A partir da década de 1940, a União aumentou suas atribuições e responsabilidades em relação à educação de jovens e adultos, superando a atuação descentralizada e ineficaz dos períodos colonial e imperial e da Primeira República. Consolidaram-se, assim, políticas públicas dotadas de recursos orçamentários para todo o território brasileiro (Haddad; Di Pierro, 2000). Tais ações representaram a expansão dos direitos sociais de cidadania em resposta ao crescimento de massas populares que se urbanizavam e pressionavam por melhores condições de vida. Nesse contexto, a educação de jovens e adultos passou a constituir um problema independente da educação popular e tornou-se tema de política educacional nacional (Haddad; Di Pierro, 2000; Xavier, 2019). Criaram-se o Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP) em 1942, a Campanha de Educação de Adolescentes e Adultos (CEAA) em 1947, a Campanha Nacional de Educação Rural (CNER) em 1952 e a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA) em 1958 (Xavier, 2019).

Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas

Por iniciativa parlamentar do deputado estadual Eurico Batista Rosas, convertida em lei sancionada pelo governador Adolpho de Oliveira Franco, o Grupo Escolar Noturno para

[2] As fontes documentais não indicam por quanto tempo o grupo funcionou em cada uma dessas escolas.

Operários, em 1955, passou a denominar-se Grupo Escolar Dona Julia Carneiro Rosas[3] (Biografia [...], [20--]). Essa mudança "[...] é sem dúvida alguma uma justa homenagem póstuma que se presta àquela que em vida foi uma grande professora e que hoje é pranteada por todos aqueles que tem em alto conceito e cultura e o ensino" (Biografia [...], [20--], p. 5).

Nesse contexto, o ensino supletivo primário no Brasil era defendido como forma de ensinar a "ler, escrever e contar", com maior ênfase nas noções de civismo e higiene, visando moldar o trabalhador para a vida urbana industrial (Saviani, 2007). Para o autor, a educação, como um fator de desenvolvimento, deixa de ser vista apenas como um direito do cidadão e passa a ser tratada como um investimento econômico.

Alfabetizar os(as) operários(as) no ensino noturno tornava-se necessário para que eles(as) conseguissem ler os manuais e seguir as instruções de segurança, de modo a evitar atrasos na operação das máquinas industriais. Nessa perspectiva, a educação salvaria o(a) trabalhador(a) da ignorância (vista como causa da pobreza e das doenças) e o(a) levaria a adotar hábitos de higiene e disciplina fabril. Ao mesmo tempo que retirava um percentual de alunos(as) do analfabetismo, o ensino primário encaminhava o Brasil para o progresso e a produtividade.

Nesse sentido, recorremos a Faria Filho (2014, p. 90), para quem a escola "[...] desdobra-se e se articula ao/no movimento da cidade e da nação, estabelecendo vínculos e continuidades, mas constituindo também singularidades e rupturas". Assim, segundo o autor, "[...] a escola vai se legitimando como uma forma de educar [...]" (Faria Filho, 2014, p. 90). Entendemos, dessa maneira, que os(as) alunos(as) também influíam no destino da cidade.

A articulação entre a expansão da instrução básica e o projeto de modernização nacional transparecia com clareza na imprensa regional. Essa percepção sobre os limites e os desafios da oferta educacional sob a égide desenvolvimentista é ilustrada pelo editorial de 26 de setembro de 1955 do jornal Diário dos Campos:

> Chegamos a um ponto do desenvolvimento nacional, em que não é mais possível retardar a ampliação do sistema escolar primário a toda população escolarizável do país. E além de entendê-lo a todos, armá-lo de modo que se faça inevitável e automático o seu gradual aperfeiçoamento no aumento de escolaridade e no enriquecimento progressivo do seu programa. É por isso que vem tentando os Estados e os munícipios, numa duplicação de esforços nem sempre feliz, por faltar a devida articulação entre os dois poderes e por haverem adotado forma de financiamento que não assegura a solução do problema (A voz de Jucelino, 1955, p. 3).

A citação chama atenção para a importância de se estender a educação a todos, apresentando-a não somente como forma de educar o povo, mas também como um dever moral e um item indispensável para o desenvolvimento do país. Isso nos leva a refletir que

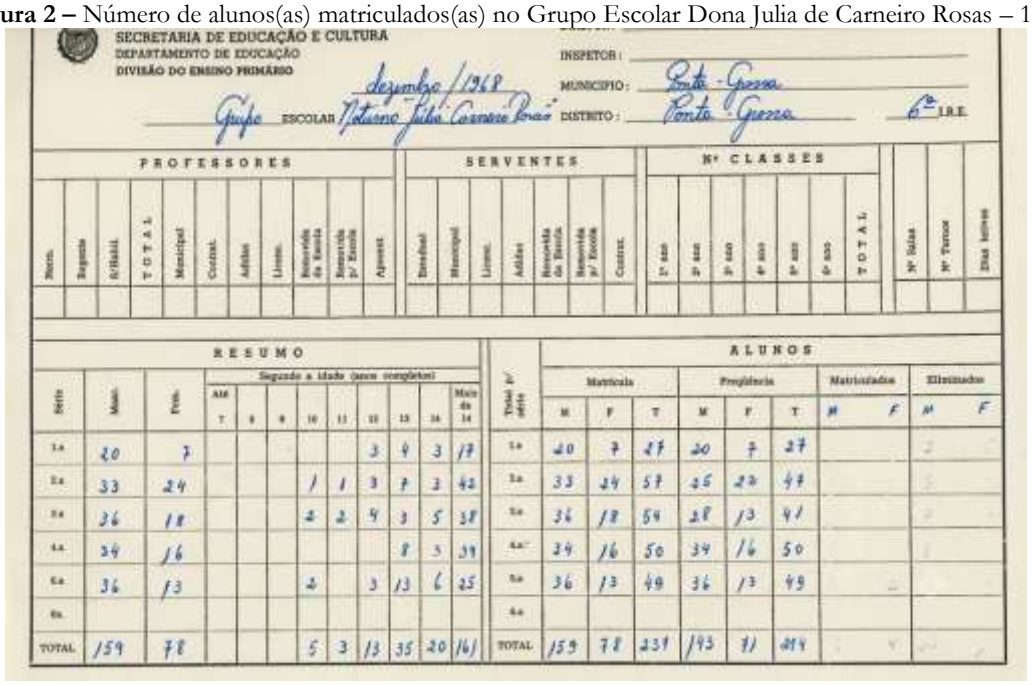
> [...] a educação influi também, de forma decisiva, sobre a evolução das sociedades: como instrumento de formação de mão-de-obra, como fonte de multiplicação de cientistas, pesquisadores e tecnólogos que poderão contribuir de forma decisiva para o crescimento econômico e até mesmo como fator que contribui para a transformação das estruturas vigentes na sociedade a que serve (Paiva, 2003, p. 31).

[3] Julia Carneiro Rosas nasceu em 12 de dezembro de 1900 em Ponta Grossa – PR e faleceu em 28 de maio de 1954. Em 1930, Julia Carneiro Rosas concluiu o curso na Escola Normal em Ponta Grossa, juntamente com figuras proeminentes do campo docente, como Julieta Guimarães Tellier e Elzira Correia de Sá. No decênio compreendido entre 1940 e 1949, ela exerceu a função de diretora do Grupo Escolar Professor Colares. Subsequentemente, foi nomeada diretora do Grupo Escolar Noturno para Operários, cargo que ocupou até seu falecimento (Biografia [...], [20--]). Ver a biografia de Julia Carneiro Rosas disponível em: https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/G4VH-WFR. Acesso em: 16 nov. 2026.

No entanto, a falta de articulação entre os estados, os municípios e a União denunciava o isolamento institucional das escolas e os desafios que a educação brasileira enfrentava na busca por financiamento justo e perene, capaz de concretizar esse potencial transformador.

Essa desconexão institucional e as limitações de custeio público refletiam-se no cotidiano e nos registros administrativos do ensino noturno. Um exemplo concreto pode ser observado na Figura 2, que apresenta o relatório estatístico da Divisão do Ensino Primário referente ao Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas.

Figura 2 – Número de alunos(as) matriculados(as) no Grupo Escolar Dona Julia de Carneiro Rosas – 1968



SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
DIVISÃO DO ENSINO PRIMÁRIO

dezembro / 1968
Grupo ESCOLAR Noturno Julia Carneiro Rosas
INSPETOR:
MUNICÍPIO: Ponta Grossa
DISTRITO: Ponta Grossa
6ª I.R.E.

PROFESSORES												SERVENTES							Nº CLASSES									
Matrim.	Regente	Ativ&Aux.	TOTAL	Municipal	Contrat.	Adidos	Licenc.	Remov.da Sede	Remoção p/ Escola	Aposent.		Estadual	Municipal	Licenc.	Adidos	Remov.da Sede	Remoção p/ Escola	Contrat.	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	TOTAL	Nº Salas	Nº Turnos	Dias letivos

RESUMO

Série	Masc.	Fem.	Segundo a idade (anos completos)									Total Geral	ALUNOS									
			Até 7	8	9	10	11	12	13	14	Mais de 14		Matrícula M	Matrícula F	Matrícula T	Frequência M	Frequência F	Frequência T	Matriculados M	Matriculados F	Eliminados M	Eliminados F
1.a	20	7						3	4	3	17	1.a	20	7	27	20	7	27				
2.a	33	24				1	1	3	7	3	42	2.a	33	24	57	25	22	47				
3.a	36	18				2	2	4	3	5	38	3.a	36	18	54	28	13	41				
4.a	34	16							8	3	39	4.a	34	16	50	34	16	50				
5.a	36	13				2		3	13	6	25	5.a	36	13	49	36	13	49				
6.a												6.a										
TOTAL	159	78				5	3	13	35	20	161	TOTAL	159	78	237	143	71	214				

Fonte: Acervo da Escola Estadual Senador Correia.

Mais do que figurar como simples suporte iconográfico de um registro administrativo do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas (1968), a imagem fotográfica da Figura 2 expõe a composição do grupo de alunos(as) matriculados(as). Seus dados indicam 237 alunos(as) matriculados(as), com predominância do sexo masculino (159 alunos e 78 alunas). Sua configuração demonstra que o ensino noturno estava se consolidando como o espaço frequentado por trabalhadores majoritariamente do sexo masculino. Essa disparidade pode estar relacionada ao caráter noturno da instituição, pois os alunos poderiam já estar inseridos no mercado de trabalho braçal ou industrial, enquanto a educação das alunas muitas vezes estava restrita ao período diurno ou ao ambiente doméstico.

O ponto de maior convergência reside na defasagem idade-série. Observamos que, dos(as) 237 matriculados(as), 161 tinham mais de 14 anos, evidenciando a presença massiva de adultos nas séries iniciais de alfabetização (1ª e 2ª séries). O intercruzamento dessas informações revela os desafios da frequência, da retenção e do atendimento a uma população que buscava formação em meio a fragilidades estruturais do sistema educacional.

Isso ilustra que esse grupo noturno operou como mecanismo precursor de acesso ao que hoje denominamos Educação de Jovens e Adultos (EJA). A presença feminina, por sua vez, remete à observação de Perrot (1998, p. 37) de que "[...] as mulheres se mexem, viajam. Migram quase tanto quanto os homens, atraídas pelo mercado de trabalho das cidades, onde acham empregos principalmente como empregadas domésticas".

Desde sua implementação, o grupo noturno tinha um papel importante na oferta de instrução formal. Contudo, nem sempre tinha condições materiais para desempenhá-lo. De 1850 a 1950, a política educacional do Brasil era direcionada para limitar os gastos (Oliveira, 2001). Nesse cenário, para que a educação ocorresse, houve a adaptação de espaços e de materiais, que não eram apropriados para adultos.

Em Ponta Grossa – PR, por diversas vezes, as diretoras do ensino noturno relatavam problemas de funcionamento à superintendência do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar). Sob a perspectiva da análise documental, consideramos o Ofício n.º 36/1969, enviado pela diretora Maria Laura Pereira Forbeek ao Exmo. Senhor Dr. Nelson Luiz Rodrigues Panaya no dia 29 de outubro de 1969, um indício das pressões e dos condicionantes que incidiam sobre a administração escolar:

> Na qualidade de Diretora de Grupo Escolar Noturno "Dona Julia Carneiro Rosas" de Ponta Grossa, temos a honra de dirigir o presente apelo ao ilustre Superintendente da Fundepar, com a esperança de obtermos algum material, que torne possível concretizar os objetivos educacionais da Secretaria de Educação e Cultura, proposta a este estabelecimento. Tratando-se de um Grupo Escolar Noturno, com matrícula destinada a operário, este estabelecimento, além de seu curso primário supletivo, mantém com excelentes resultados, o um curso de datilografia, proporcionando a mais de 50 alunos mensalmente, uma nova abertura para seu aprendizado, com novas perspectivas para a vida. Contando com um considerável número de matrículas, 383 alunos nas quatros séries primárias e mais o curso de datilografia, o Grupo Dona Julia de Carneiro Rosas, vem prestando à sociedade pontagrossense relevantes serviços educacionais, que o fazem merecedor do apoio de nossas ilustres autoridades, considerando, ainda que nestes últimos anos, o estabelecimento, não foi contemplado com material algum. [...] colocamos em suas mãos o apelo de nossos alunos, no sentido de obtermos o seguinte material: 1 mimeógrafo; 20 cxs. de stencil; 10 vds. Vernis corretor; 10 cxs. de grampos; 10 tubos de tinta p/ mimeógrafo; 4 máquinas de escrever[...] (Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1969, p. 1-2).

O documento do qual extraímos a citação constitui um indício, no sentido proposto por Ginzburg (1989). Sob a perspectiva do paradigma indiciário, as fontes escritas não se constituem como neutras e transparentes, mas expressam vestígios e pistas deixados pelos sujeitos históricos. Desse modo, a análise não se limita ao conteúdo manifesto do texto, mas se detém nas entrelinhas, nos pormenores e nos silêncios do registro burocrático, compreendendo-os como sinais indiretos que permitem perceber as relações de poder, as práticas sociais e a essência das contradições institucionais do período.

Observamos que a linguagem do apelo da diretora ao superintendente da Fundepar extrapola o protocolo e reflete a estrutura de poder em que o grupo noturno é o "pedinte" e a Fundepar, a "provedora". A queixa de que o grupo noturno não recebeu nenhum tipo de material nos últimos anos sugere que a distribuição de recursos não seguia critérios puramente técnicos, mas era influenciada pela capacidade de articulação política e pela visibilidade institucional de cada escola. O trecho do ofício acima citado constitui, ainda, um indício da escassez material que contradiz o discurso oficial de pujança do "Paraná Grande" (Gonçalves, 2006).

A máquina de escrever, item indispensável para ofertar o curso de datilografia, transcende sua dimensão utilitária de objeto de escritório para se constituir como artefato pedagógico impregnado de densa carga simbólica. Na escolarização de trabalhadores, o domínio desse equipamento materializava a promessa de transição do trabalho manual para o trabalho intelectual/administrativo. Paralelamente, ao reiterar que o grupo escolar noturno prestava "relevantes serviços educacionais" à sociedade ponta-grossense, a diretora recorria a uma estratégia deliberada de legitimação institucional, visando ressignificar o lugar do grupo no tempo e no espaço

e conferir-lhe, assim, a condição de vetor indispensável à modernização e ao progresso econômico regional. O termo "operário", por sua vez, usado para definir a quem se destinava a matrícula, é um marcador de classe explícito que situa o Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas no mapa das tensões sociais ponta-grossenses.

Em outros períodos, as queixas se repetem. De acordo com o Ofício n.º 1268/1972, enviado pelo Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas à Inspetoria de Ensino, a instituição apresentou problemas que deveriam ser solucionados para que tivesse um bom funcionamento:

> A- Do Setor de equipamentos:
> Carteira inadequadas para a dinâmica de grupo.
> A- Do Setor de Recursos humanos:
> Número de elementos satisfatório, porém, elevado número de licenças para tratamento de saúde.
> B- Do Setor de Currículo:
> No nível 1, não houve adaptação de 1 (uma) classe, a qual foi rematriculada no Mobral [Movimento Brasileiro de Alfabetização].
> C- Do Setor Métodos e Técnicas Pedagógicas:
> Realização de cursos com pessoal altamente especializado nos novos métodos e técnicas pedagógicas, para melhor preparo do professor.
> D- Do Setor de Produto ou Alunos:
> Baixa frequência em todos os níveis, prejudicando o rendimento escolar (Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1972, p. 1).

A subdivisão do espaço escolar em "setores" e a classificação dos(as) alunos(as) sob a rubrica de "produto" revelam indícios da ideologia tecnicista na política educacional dos anos de 1970 (Saviani, 2007). Ao converter os(as) alunos(as) em "produtos", a lógica oficial buscava direcionar a escola com base nos parâmetros do modelo econômico desenvolvimentista. Entretanto, essa tentativa de padronização esbarrava na realidade concreta dos(as) alunos(as) trabalhadores(as), que, na maioria das vezes, chegavam ao espaço escolar cansados(as) por terem que atender às exigências do mercado produtivo, o que resultava em baixa frequência e baixo rendimento escolar. Segundo Paiva (2003), a evasão na EJA não pode ser lida como desinteresse individual, mas sim reflexo direto das condições de vida impostas às classes trabalhadoras.

No tocante ao corpo docente citado, o Ofício n.º 1278, de 30 de setembro de 1972, da Inspetoria de Ensino, chama atenção para o "[...] elevado número de licenças para tratamento de saúde" (Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1972, p. 1), sintoma que revela o evidente desgaste físico e mental dos professores no período. De acordo com Hypolito (1997) e com Lüdke e Boing (2004), o adoecimento no magistério relaciona-se diretamente à precarização das condições de trabalho, aos baixos salários e às exigências impostas pela política educacional. O contraste entre o investimento em cursos de atualização ou técnicas especializadas para o magistério, a precarização da materialidade da escola e o adoecimento do quadro funcional revela a contradição de um governo que priorizava a adequação metodológico-ideológica do professor, mas negligenciava a saúde dos trabalhadores da educação, assim como a infraestrutura básica do espaço escolar.

Em agosto de 1972, foi implantado no Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas o sistema de Educação Integrada para o ensino supletivo, que funcionou da seguinte forma: uma

classe de alfabetização, uma classe de esquema[4] I, uma classe de esquema II e três classes de esquema III (Grupo Escolar Senador Correia, 1973).

Em 4 de maio de 1970, fundou-se a Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas. Conforme estabelecia o Estatuto de 1970, suas ações voltavam-se precipuamente à arrecadação de fundos para a alimentação escolar e para a aquisição de materiais indispensáveis à manutenção do ensino noturno (Grupo Escolar Noturno Dona Julia de Carneiro Rosas, 1970). Essa associação tinha por finalidade promover o intercâmbio cultural e social e a aproximação das famílias dos(as) alunos(as) entre si e com a escola, bem como possibilitar aos pais e aos professores a fiscalização e o estudo conjunto de soluções para os problemas educativos (Grupo Escolar Noturno Dona Julia de Carneiro Rosas, 1970). Em um movimento de participação ativa, a Associação de Pais e Mestres iniciava suas atividades e criava arranjos para responder às demandas crescentes do ensino noturno.

Paralelamente à instrução, à leitura, à escrita e ao curso de datilografia, desponta o Projeto Minerva. Esse projeto iniciou-se na década de 1970, sendo gravado na Rádio MEC e transmitido obrigatoriamente pelas emissoras de rádio de todo o país. Eram 30 minutos de educação a distância de segunda-feira a sexta-feira, logo após a "Hora do Brasil" (Pinheiro, 2016). O principal objetivo do Projeto Minerva era a educação de adultos a distância, nesse caso, por via do rádio. De acordo com Pinheiro (2016), o Projeto Minerva atendia à Portaria Interministerial n.º 408/1970, Conselho Nacional de Telecomunicações, que tornava obrigatória a transmissão de programação educativa pelas emissoras comerciais. As transmissões radiofônicas do Projeto Minerva contavam com trilhas sonoras adequadas à disciplina estudada, que incluíam música popular brasileira (MPB) e elementos da cultura e do folclore das diversas regiões do país (Oliveira; Santana, 2022).

Em 24 de julho de 1971, antes da instalação do Projeto Minerva, as diretoras dos grupos escolares de Ponta Grossa – PR, encaminharam um ofício ao Departamento de Educação Complementar de Curitiba. O documento reportava a precariedade infraestrutural, a carência de profissionais, a falta de espaço físico, a superlotação e o compartilhamento predial (Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1971). Mesmo diante do quadro de acentuada precariedade infraestrutural e operacional, as diretoras reafirmaram o compromisso de cumprir as diretrizes da Circular n.º 11/1971.

No Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, o Projeto Minerva iniciou suas atividades no dia 27 de agosto de 1973. Coordenado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), com duração prevista de 52 semanas, o projeto estruturava-se em três modalidades de recepção[5]: recepção organizada, recepção controlada e recepção isolada (Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1973). Para isso, a Secretaria de Educação e Cultura organizou um curso de treinamento para monitores, instalando nos grupos escolares noturnos rádio-postos para a recepção organizada.

De acordo com a carta endereçada ao Magnífico Reitor Álvaro Augusto Cunha Rocha, da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), no dia 23 de agosto de 1973, na modalidade organizada, os(as) alunos(as) ouvem a aula no rádio-posto e, com a supervisão de uma monitora, estudam e fazem os exercícios diários. A diretora Maria Laura P. Forbeck mencionou que iriam instalar três rádio-postos e que o grupo escolar noturno dispunha de professores e de espaço físico, mas enfatizou que a reforma do ensino exigia mobiliário adequado. Ela lembrou que talvez a UEPG

[4] Não encontramos nas fontes documentais explicações sobre como eram formados esses esquemas e quais conteúdos eram aplicados.

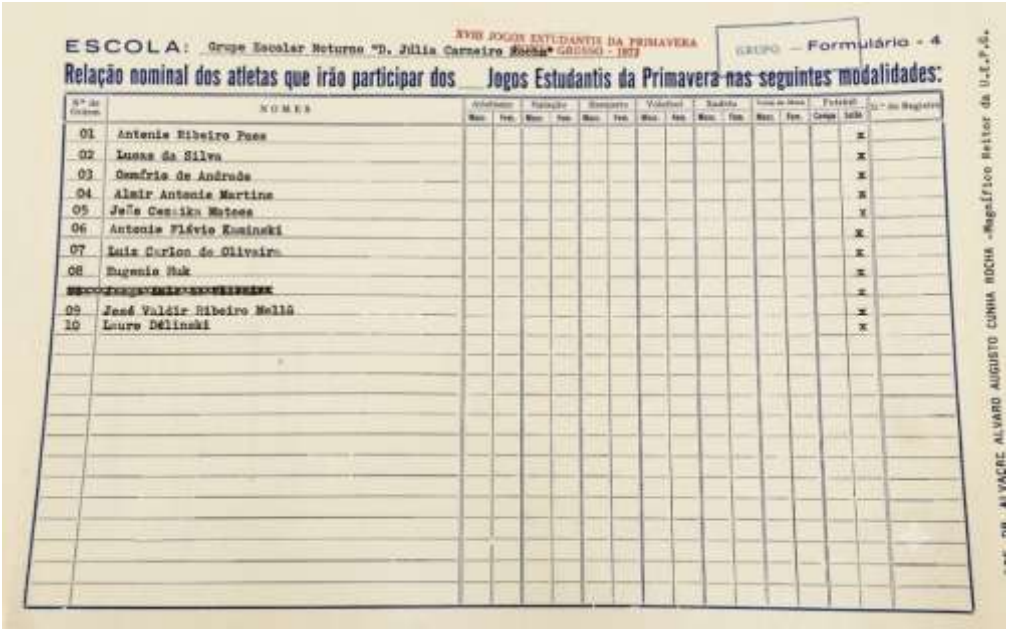
[5] Não encontramos nas fontes documentais informações sobre como eram compostas as recepções controlada e isolada. As fontes traziam apenas alguns detalhes da recepção organizada.

possuísse carteiras escolares em desuso e fez um apelo ao reitor: "[...] 'caso isso aconteça, fazemos um apelo a Vossa Magnificência no sentido de doar a este estabelecimento, o referido material. Em caráter precário elas servirão para acolher aqueles que infelizmente não puderam na época oportuna fazer o seu curso ginasial'" (Grupo Escolar Noturno Dona Julia de Carneiro Rosas, 1973, p. 1).

Por um lado, observamos todo o esforço da diretora em proporcionar condições adequadas ao ensino. Por outro, a carta ilustra que o Projeto Minerva veio para tentar suprir a ausência de professores, de escolas e de ensino. Contudo, tanto o ensino presencial quanto o ensino a distância sofriam com a falta de recursos.

Em 1973, o Diretório Acadêmico Dr. Joaquim de Paula Xavier, organizado nas dependências da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UEPG, enviou o Ofício n.º 02/1973 convidando alunos(as) do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas para participar da XVIII edição dos Jogos Estudantis da Primavera[6]. O ofício explicava que a competição seria dividida em dois grupos. Os participantes do Grupo I deveriam ter menos de 16 anos de idade, e os do Grupo II, mais de 16. A Figura 3 apresenta o Formulário 4 de inscrição dos alunos.

Figura 3 – Relação nominal de alunos que iriam participar dos Jogos Estudantis da Primavera (1973) na modalidade de futebol de salão



ESCOLA: Grupo Escolar Noturno "D. Julia Carneiro Rocha"

XVIII JOGOS ESTUDANTIS DA PRIMAVERA — GRUPO - 1973

GRUPO — Formulário - 4

Relação nominal dos atletas que irão participar dos Jogos Estudantis da Primavera nas seguintes modalidades:

Nº de Ordem	NOMES	Atletismo Masc.	Atletismo Fem.	Natação Masc.	Natação Fem.	Ginástica Masc.	Ginástica Fem.	Voleibol Masc.	Voleibol Fem.	Xadrez Masc.	Xadrez Fem.	Tênis de Mesa Masc.	Tênis de Mesa Fem.	Futebol Campo	Futebol Salão	Nº de Registro
01	Antonio Ribeiro Pues														x	
02	Lucas da Silva														x	
03	Osmário de Andrade														x	
04	Almir Antonio Martins														x	
05	João Cesário Mateus														x	
06	Antonio Flávio Kuzinski														x	
07	Luiz Carlos de Oliveira														x	
08	Eugenio Huk														x	
[redacted]															x	
09	José Valdir Ribeiro Mello														x	
10	Louro Délinski														x	

Fonte: Acervo da Escola Estadual Senador Correia.

Em termos gerais, a presença dos alunos do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas nos Jogos Estudantis da Primavera rompe com a visão de que o ensino noturno cumpria apenas função supletiva ou estritamente utilitária. Sua inclusão nos certames esportivos assumia duplo sentido, pois o Estado buscava normatizar a juventude e os trabalhadores por meio do esporte institucionalizado, enquanto os alunos ressignificavam sua participação nos jogos como possibilidade de integração social, lazer, afirmação de identidade coletiva e pertencimento à vida estudantil.

[6] Implementados em 1956 por iniciativa de Antônio José França Satyro, então acadêmico da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ponta Grossa, os Jogos Estudantis da Primavera foram concebidos e organizados por alunos universitários, contemplando a participação dos(as) alunos(as) dos ensinos secundário e superior (Oliveira, 2025). Em 1973, as modalidades esportivas eram basquete (feminino e masculino), vôlei (feminino e masculino), xadrez (feminino e masculino), tênis de mesa (feminino e masculino), futebol de salão, futebol de campo, atletismo (feminino e masculino) e natação (feminino e masculino).

Embora a participação feminina estivesse ausente nas competições esportivas escolares, o que evidencia barreiras de gênero, a composição do quadro do magistério nos cargos de direção era exclusivamente feminina, ratificando a feminização da docência na EJA naquele período. O Quadro 2 apresenta a relação das diretoras do grupo escolar.

Quadro 2 – Diretoras do Grupo Noturno para Operários e do Grupo Noturno Dona Julia Carneiro Rosas

Ano	Diretora
1949 a 1954	Julia Carneiro Rosas
1954 a 1963	Anna Clara Rosas da Silva[7]
1960 a 1962	Izaura Maia Wolochate[8]
1963	Anna Bahls Martins[9]
1963 a 1965	Giumar Zappe de Miranda
1964	Anna Bahls Martins[10]
1966	Dercia C. Noviski Dércia do Carmo Noviski
1967 a 1968	Anna Bahls Martins
1969 a 1974	Maria Laura Pereira Forbeck
1974	Diva Rosa Montes[11]
1975 a 1976	Maria Laura Pereira Forbeck
1976 a 1979	Antonieta Clara S. Barreto[12]

Fonte: Acervo da Escola Estadual Senador Correia.

Para Almeida (1998), a feminização do magistério constitui um movimento global que ganhou força na transição do século XIX para o XX, impulsionado pela expansão da escolarização básica. No contexto brasileiro, de acordo com Faria Filho e Vidal (2000), esse processo de feminização do magistério aprofundou-se ao longo do século XX com o advento do modelo do ensino seriado no período republicano e a ampla democratização da rede pública de ensino. No Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, as diretoras delineiam um paradigma de gestão feminina na EJA. Durante esse percurso, elas redefinem suas atribuições de trabalho e vão constituindo simultaneamente suas identidades pessoais e profissionais.

Entre espaços compartilhados, as mulheres vão destronando o mito da feminilidade e começam a delinear sua independência, mas não sem dificuldades de viver integralmente sua condição humana (Beauvoir, 1980). Então, aquelas que são herdeiras de um pesado passado "[...] se esforçam por forjar um futuro novo" (Beauvoir, 1980, p. 7).

Em busca de conformar o ensino primário a uma instituição, em 1976, o Grupo Noturno Dona Julia Carneiro Rosas passou a integrar o Complexo Escolar Regente Feijó (Grupo Escolar Senador Correia, 1979, p. 1). Em 1977, o Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas e o Grupo Escolar Senador Correia se fundiram, constituindo-se em um único estabelecimento de ensino, sob a denominação de Escola Estadual Senador Correia – Ensino Regular e Supletivo de 1º grau, localizada na Praça Roosevelt, s/n, em Ponta Grossa (Grupo Escolar Senador Correia, 1979, p. 1).

[7] Anna Clara Rosas da Silva (1915-1972) era filha de Julia Carneiro Rosas.

[8] Foi diretora substituta, no impedimento de Anna Clara Rosas da Silva, licenciada por motivos de saúde.

[9] Foi diretora de fevereiro a maio de 1963 em substituição a Anna Clara Rosas da Silva, licenciada por motivos de saúde.

[10] Foi diretora de fevereiro a junho de 1964 em substituição a Guiomar Zappe de Miranda, licenciada por motivos de saúde.

[11] Assumiu a diretoria entre novembro e dezembro de 1974.

[12] Antonieta Clara Scarante Barreto atuou como diretora do turno noturno durante a junção do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas com a Escola Estadual Senador Correia.

Considerações finais

Em seu contexto de funcionamento, o Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas percorreu várias instituições a fim de garantir a continuidade da escolarização de jovens e adultos. As sucessivas adaptações mediante sua realidade demonstram os desafios inerentes à consolidação da EJA no cenário ponta-grossense. A superação de tais percalços resultou no acúmulo de saberes e práticas pedagógicas fundamentais para o fortalecimento da história da educação pública de adultos local. Vidal (2005) e Magalhães (2004) afirmam que a história das instituições educativas não se limita às diretrizes normativas ou às estruturas físicas, mas se consolida na mediação de estratégias promovidas pelos sujeitos envolvidos diante da realidade precarizada.

Para além das barreiras institucionais enfrentadas por essa modalidade e pela escola, a permanência da oferta de ensino noturno demandou um esforço contínuo por parte daqueles que vivenciavam o chão da escola pública e gratuita. Os dados sintetizados neste texto demonstram que tanto as diretoras como os(as) professores(as) do Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas tiveram de lidar com uma realidade distinta, a de organizar seu ensino e adaptar-se ao modo itinerante com poucos recursos financeiros e humanos. Nesse formato, o Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas vivenciou, em seu cotidiano, dinâmicas marcantes, tais como a feminização do magistério, a predominância de matrículas masculinas, a continuidade institucional pautada por laços de parentesco, a fragilidade burocrática no provimento de professores substitutos e a baixa frequência escolar em todos os níveis.

Notamos, ainda, que os(as) profissionais que compuseram o Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas propiciaram aos adultos um ensino primário que ia além da instrução das primeiras letras (ler, escrever e contar) e fizeram parte de um movimento de luta na busca de uma nova sociedade. E, ao descobrirem um mundo que tomava uma nova forma por meio do aprendizado, os(as) alunos(as) formavam-se na educação pelo e para o trabalho e na apropriação dos diversos saberes. O aprendizado dos diversos saberes (instrução formal/profissionalizante) passava a simbolizar uma cultura apropriada e desejável para o mundo urbano-industrial.

Por fim, a elaboração desta pesquisa possibilitou-nos produzir dados acerca da constituição docente do ensino noturno ponta-grossense, assim como da constituição do ensino primário noturno. Ambos os objetos merecem ser mais bem explorados por pesquisas posteriores. Isso implicaria o aprofundamento e a problematização de tais objetos, trazendo mais informações sobre uma história da educação que foi pouco explorada.

Referências

A VOZ DE JUCELINO: Educação Primária. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 27 ago. 1955, p. 3.

ALMEIDA, J. S. de. **Mulher e educação**: a paixão pelo possível. São Paulo: Unesp, 1998.

BEAUVOIR, S. de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. Tradução: Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIOGRAFIA de Julia Carneiro Rosas. **Familysearch**, [*s. l.*], [20--]. Disponível em: https://www.familysearch.org/pt/tree/person/memories/G4VH-WFR. Acesso em: 16 nov. 2026.

BRASIL. [Constituição (1934)]. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil** (de 16 de julho de 1934). Rio de Janeiro: Assembléia Nacional Constituinte, 1934. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm. Acesso em: 9 nov. 2026.

CERTEAU, M. de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

FARIA FILHO, L. M. de. **Dos pardieiros aos palácios:** cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República. reimp. Passo Fundo: Editora da UPF, 2014.

FARIA FILHO, L. M. de; VIDAL, D. G. Os tempos e os espaços escolares no processo de institucionalização da escola primária no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, p. 19-34, 2000. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbedu/a/rjhxvFpJQ97LDYVJxkXybbD/abstract/?lang=pt. Acesso em: 10 nov. 2026.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas e sinais**: morfologia e história. Tradução: Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, J. M. Z. **Integração das artes no Paraná – 1950-1970**: a conquista do espaço público. 2006. 242 f. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Ofício n.º 36/1969 enviado ao Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional (Fundepar), no dia 29 de outubro de 1969**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1969.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Estatuto da Associação de Pais e Mestres do Grupo Escolar Noturno Dona Julia de Carneiro Rosas**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1970.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Carta a Secretaria de Educação de 24 de julho de 1971**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1971.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Ofício a Inspetoria de Ensino n.º 1268/1972**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1972.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Carta ao Magnífico Reitor de 23 de agosto de 1973**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1973.

GRUPO ESCOLAR NOTURNO DONA JULIA CARNEIRO ROSAS. **Histórico**. Ponta Grossa: Grupo Escolar Noturno Dona Julia Carneiro Rosas, 1979.

GRUPO ESCOLAR SENADOR CORREIA. **Histórico do Complexo Escolar Cruzeiro do Sul de 6 de julho de 1973**. Ponta Grossa: Escola Estadual Senador Correia, 1973.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, n. 14, p. 108-130, maio/ago. 2000. DOI: https://doi.org/10.1590/S1413-24782000000200007

HYPOLITO, A. M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papirus, 1997.

LÜDKE, M.; BOING, L. A. Caminhos da profissão e da profissionalidade docentes. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1159-1180, 2004. DOI: https://doi.org/10.1590/s0101-73302004000400005

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

NOGUEIRA, V. L.; FARIA FILHO, L. M. de. Escolarização, trabalho e cidadania: a educação de adultos no século XIX. **Revista da FLUP**, Porto, v. 6, p. 13-29, 2016. Disponível em: https://ojs.letras.up.pt/index.php/historia/article/view/1714. Acesso em: 10 nov. 2026.

OLIVEIRA, M. C. M. de. Organização Escolar no início do século XX: o caso do Paraná. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 17, n. 18, p. 143-155. 2001. DOI: https://doi.org/10.1590/0104-4060.237

OLIVEIRA, S. F. de. Professora Julia Carneiro Rosas. **Diário dos Campos**, Ponta Grossa, 16 maio 2024. Coluna Sherlock Holmes Cultura, p. 12.

OLIVEIRA, S. F. de. **Jogos Estudantis da Primavera em Ponta Grossa - PR**: contribuições para estruturação do campo esportivo e a formação de um *habitus* esportivo (1956-1980). 2025. 144 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2025.

OLIVEIRA, V. H. de.; SANTANA, M. A. de. Projeto Minerva: uma experiência educativa via rádio no governo militar em Uberlândia (1970-1989). **Revista Uniaraguaia**, Goiânia, v. 17, n. 3, p. 107-118, 2022. Disponível em: https://sipe.uniaraguaia.edu.br/index.php/REVISTAUNIARAGUAIA/pt_BR/article/view/1150. Acesso em: 10 nov. 2026.

PAIVA, V. **História da educação popular no Brasil**: educação popular e educação de adultos. 6. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.

PERROT, M. **Mulheres públicas**. Tradução: Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Editora UNESP, 1998.

PINHEIRO, G. G. **Projeto Minerva**: rádio educativo no contexto da ditadura militar. 2016. 103 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2016.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

VIDAL, D. G. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F. de; VALDEMARIN, V. T. (org.). **A cultura escolar em debate**: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 3-30.

XAVIER, C. F. História e historiografia da Educação de Jovens e Adultos no Brasil – inteligibilidades, apagamentos, necessidades, possibilidades. **Revista Brasileira de História da Educação**, Maringá, v. 19, p. 1-24, 2019. DOI: https://doi.org/10.4025/rbhe.v19.2019.e068

Recebido em 10/08/2026
Versão corrigida recebida em 04/11/2026
Aceito em 05/11/2026
Publicado online em 18/11/2026